

O ex-abolicionista. A memória da escravidão no jornal *O Athleta* – 1884**Marília CONFORTO* ¹**

Resumo: Este artigo possui dois objetivos, o primeiro é analisar um conto publicado no jornal *O Athleta*, em 1884, como contribuição à memória da história social da escravidão. *O Athleta*, jornal publicado em Porto Alegre nesse número especial de 7 de setembro de 1884 trata das festividades pela passagem da independência, bem como da abolição da escravidão, em Porto Alegre. O conto “O ex-abolicionista” é importante para a historiografia da abolição, pois reconduz para o âmbito da ficção a condição social de escravo para cidadão livre e, nessa passagem, pode-se observar o surgimento novo locus social destinado ao ex-escravo. O segundo objetivo é a divulgação do periódico e do conto disponibilizando-os para outras análises.

Palavras-chave: Escravidão. Literatura. Jornal. Documento. Fontes de pesquisa. Sociedade e escravidão.

The ex-abolitionist: the memory of slavery in the newspaper, *The Athlete* – 1884

Abstract: This study has two objectives: first to analyze a short story published in the journal, *The Athlete* in 1884 as a contribution to the memory of the social history of slavery. *The Athlete*, a newspaper published in Porto Alegre, published in its September 7th 1884 issue, a narrative on the commemoration of the Independence Day festivities, as well as on the abolition of slavery in Porto Alegre. The tale, *The Ex-abolitionist*, is important to the historiography of abolition, because it resituates the social condition of the slave and the free citizen in the realm of fiction, and establishes the emergence of a new social locus for the ex-slave. The second objective of this study is to disseminate awareness of the journal's short story and make it available for further analyses.

Keywords: Slavery. Literature. Paper. Document. Research sources. Society. Slavery.

O estudo do escravismo gaúcho e o processo abolicionista no Rio Grande do Sul são estudados com base em diversas fontes de pesquisa. Os inúmeros trabalhos que tratam do tema apontam para a desconstrução da ideia cunhada por Jorge Salis Goulart, citado por Regina Célia Lima Xavier, de que: “já houve tempo em que se afirmou que no Rio Grande

Professora Doutora – Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em Letras - Universidade de Caxias do Sul e Centro Universitário Ritter dos Reis (UNIRITTER) - Rua Professor Francisco Getúlio Vargas, 1130, CEP: 95070-560, Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: mc.14@terra.com.br.

do Sul a escravidão havia sido numericamente insignificante, que sua sociedade havia sido, desde sempre, predominantemente branca” (GOULART apud, XAVIER, 2008, p.15). Xavier aponta, em seu artigo, que a produção historiográfica sobre a escravidão no Brasil Meridional demonstra, por meio de dados estatísticos de publicação, o aumento das pesquisas em torno do tema. Segundo a autora, “na década de 1980, por exemplo, contabilizou-se 114 títulos publicados, na década seguinte, já seriam 196 e este número saltaria para 416 referências de 2000 a 2006” (XAVIER, 2008, p.15). Mário Maestri também escreveu sobre a produção historiográfica ressaltando a importância da escravidão no passado sulino no que diz respeito a sua formação econômica e seus desdobramentos em nível social, na resistência escravista ao processo de escravização e à participação do cativo nas lutas abolicionistas (MAESTRI, 2002).

A reconstituição da história dos africanos escravizados no Brasil e, especificamente, no Rio Grande do Sul vem sendo escrita com base em diversas fontes, tais como: ficção, cartas de alforrias, jornais, diários de viagens, sentenças judiciais e o cotidiano do trabalho no espaço urbano e rural só para citarmos alguns exemplos. Escolhemos como enfoque de análise a abolição da escravidão sulina, em 1884, no Jornal *O Atleta*. Assim como em outras províncias, o processo emancipacionista e abolicionista foi objeto de acaloradas discussões em nível político-partidário, como no caso do Partido republicano analisado por Fernandes (2006).²

Os debates ganharam as ruas, os cafés, os jornais, a poesia, a ficção, e os discursos religiosos, além das sentenças judiciais. Chama atenção nas fontes citadas a preocupação com a convivência do cativo liberto na sociedade gaúcha. Essa preocupação se origina na história da organização do tráfico africano e a construção da identidade escrava no Brasil. O cativo era considerado um instrumento de trabalho e a coerção física como forma de fazê-lo trabalhar, a historiografia revela que as relações entre senhores e escravos foram tensas pautadas pela violência do sistema escravista e pela resistência dos cativos manifestada por meio das fugas constantes, do suicídio e até dos atentados à vida de seus senhores.

Raquel Laís, em seu artigo “Escravidão sem escravidão”, enfatiza que a ficção reconduz em suas narrativas histórias do cotidiano. E ressalta a importância da crônica jornalística no século XIX como um espaço de reflexão e denúncia sobre a escravidão no Brasil Imperial. A autora considera a crônica um gênero narrativo que ganhou espaço nas páginas dos jornais, consolidando-se como um espaço de reflexão e crítica às situações do cotidiano brasileiro no século XIX (PIRES, 2009). Em seu estudo analisa as crônicas de Machado de Assis demonstrando que os negros conseguiram a liberdade, mas não conseguiram usufruí-la por não saber o que fazer com ela ou por desconhecê-la como direito seu.

O Jornal *O Athleta* pertence ao acervo do centro de documentação da Universidade de Caxias do Sul, encontra-se no fundo Laudelino Teixeira de Medeiros que possui os números publicados entre 1873 e 1920. Originalmente, os números estavam encadernados. Na organização do acervo, visando à sua preservação, os jornais foram retirados das encadernações e os números, após o tratamento técnico, foram acondicionados em caixas apropriadas permitindo, assim, não só a sua preservação, como também a consulta sem dano ao periódico.

O Athleta era um dos jornais publicados em Porto Alegre pelo Clube Caixeral que, além de noticiar o cotidiano da capital e das cidades da província, tinha um objetivo pedagógico que era a instrução dos caixeiros e sua preparação para o trabalho. O Jornal também abria um espaço para questões importantes para a sociedade gaúcha, como a campanha abolicionista. É possível observar os anúncios das reuniões que aconteciam tanto na província como na Corte de sociedades abolicionistas e a Kermesse, evento organizado pelas senhoras da elite para angariar fundos para a compra de alforrias. Em um país que se estruturou por intermédio do modo de produção escravista, a transição para o trabalho livre representaria uma reordenação do cotidiano do trabalho. A sociedade livre exprimia certo desprezo para com o trabalho que envolvesse esforço físico, e a principal consequência era o pouco desenvolvimento industrial tanto em relação ao número de fábricas existentes no Brasil quanto ao baixo nível tecnológico³.

Além dos jornais, outras importantes contribuições para a memória social da escravidão são: a pintura; a literatura; os diários de viagem e a correspondência privada; os inventários; os processos crime; entre outros. Pintores como Debret e Rougendas e na Província de São Pedro, Rudolf Wendroth Hermann, registraram o cotidiano do trabalho cativo no país.



Figura 1 - Pelotas.

Fonte: Hermann Rudolf Wendroth. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. 1982. Centro de Documentação da Universidade de Caxias do Sul/ CEDOC - UCS. Fundo: Laudelino Teixeira de Medeiros. Série: Produção de Terceiros.

A prancha de Hermann apresenta, ao fundo, a cidade de Pelotas, grande polo produtor e exportador de charque. O charque – alimentação de escravos e da população pobre no Brasil Imperial – era produzido majoritariamente por mãos cativas (MAESTRI, 1984). Devido à sua proximidade da cidade de Rio Grande, Pelotas enriqueceu os grandes senhores charqueadores por meio do escoamento da produção pelo porto de Rio Grande. Além disso, a entrada de cativos que alimentavam as unidades produtivas de Pelotas e a província ocorria por meio do mesmo porto. A cidade de Pelotas era conhecida, segundo o historiador Mário Maestri, como o “purgatório dos negros”.⁴

Havia uma crença popular de que a escravidão nos pampas era muito mais cruel do que no restante do país. A historiografia sobre o modo de produção escravista aponta que não havia província mais cruel ou benigna em relação ao tratamento e trabalho escravo. O sistema escravista tal como estava organizado extraía, por meio da coerção física, o trabalho do cativo; de onde se conclui que violência, humilhação desumanização eram características fundamentais de uma sociedade de senhores brancos que enriqueciam às custas do trabalho feito por mãos cativas (GORENDER, 1978).⁵

O *Athleta* de 7 de setembro de 1884

Antes de passarmos à análise do jornal *O Athleta*, é importante destacar o papel da imprensa no processo abolicionista. Marialva Barbosa, no estudo sobre os jornais, ressalta que:

Falar da relação imprensa e mundo dos escravos é mostrar não apenas a forma como os periódicos se referem a eles ou realçar os discursos mais ou menos favoráveis à abolição. Também não é somente reconhecer que, sendo objetos discursivos dessa imprensa, têm suas vidas influenciadas por essas falas. Essa relação enseja que se pense nas marcas que eles, como atores e sujeitos da história, também deixam nos jornais.

Suas marcas e feridas, que ficam expostas nas descrições dos anúncios que procuram pelos que reiteradamente se rebelam e fogem do cativeiro, estão contidas nesses periódicos, que se dividem com mais ou menos fervor em favor de sua causa. Nos Jornais e revistas do período, aparecem sub-repticiamente seus rostos e seus corpos. Massa amorfa, apresentada de maneira indiferenciada como coisa, os homens de cor os pretos ou as “peças”, como chegam a ser referidos nos anúncios, vivem em cidades onde as múltiplas sociabilidades permitem misturas que, certamente, fazem com que tomem conhecimento do que aquelas publicações falam a seu respeito (BARBOSA, 2010, p. 80).

Barbosa observa que os cativos, em sua grande maioria, pertenciam ao mundo da oralidade e que ao tomarem conhecimento de suas condições de vida, fugas e questões abolicionistas, se configuravam como leitores do ouvir dizer. Como salienta a citação acima, os escravos eram sujeitos e atores da história e passam a ser “escravos leitores, escravos letrados, escravos mergulhados num cotidiano em que as letras impressas passavam aos borbotões a fazer parte da vida” (BARBOSA, 2010, p.13). Sobre a imprensa e a abolição no Rio Grande do Sul é importante resgatar os trabalhos de Bakos, Zubaran, Mello e Santos, entre outros que tomaram a imprensa como fonte de pesquisa. Os trabalhos direcionam-se para a análise dos textos jornalísticos como porta-vozes das críticas e das defesas sobre o abolicionismo. A participação dos intelectuais negros no processo e, posteriormente, na defesa da raça, como é o caso dos trabalhos de José Antônio dos Santos, em “Intelectuais negros e imprensa no Rio Grande do Sul: uma contribuição ao pensamento social brasileiro” (2008), e de Marco Antônio Lírio de Mello, no artigo “Para o recreio e a defesa da raça. A imprensa negra no RS” (1995).

Para sustentar nossa análise retomamos as ideias de Bakos e Zubaran. No trabalho de Margaret Bakos, o abolicionismo no Rio Grande do Sul se configura em quatro tipos, a saber: sociedade civil; imprensa; partidos políticos; e “o veiculado por uma imprensa distante dos espaços do poder imperial constituído: trata-se do discurso republicano castilhistas, bastante peculiar, no Estado e no País” (BAKOS, 2007, p.4). Zubaran, ao resgatar a memória social da escravidão, enfatiza o caráter regional do processo na província.

O número do jornal *O Athleta*, publicado em 7 de setembro de 1884, foi comemorativo à passagem da independência e à liberdade dos cativos em Porto Alegre, recebendo o projeto gráfico e a ordenação das matérias diferentes dos outros números. A matéria de capa é, na verdade, o editorial que apontava para as festividades do dia da Independência que completava 62 anos e para a redenção dos cativos na capital da província. Segundo o editorial:

O dia de hoje vai ser uma data duplamente gloriosa para os filhos do Rio Grande. Há sessenta e dois annos que elle assignala a epocha da nossa independência e de hoje em diante vai assignalar também a completa redempção dos escravos n'esta capital e em muitas localidades da província. Como brasileiros e patriotas saudamos o grande dia que nos recorda a nossa emancipação política, o acontecimento mais notável da nossa história pátria. Como rio-grandenses e democratas, saudamos a primeira luz redemptora que brilha esplendida e grandiosa no horizonte do Rio Grande do Sul. Há mai de meio século que o Brazil conquistou o lugar que lhe competia no banquete social tornando-se uma nação livre e independente. Há apenas um mez que a idéia da liberdade para nossos irmãos captivos surgiu no cérebro illuminado dos filhos d'esta terra de heroes,berço de tantos homens illustres do Império (O ATHLETA, 1884,p.1)

O editorial distribuído em duas colunas segue com o mesmo tom discursivo inicial exaltando, as qualidades dos homens da província gaúcha relembrando os heróicos feitos como o da revolução Farroupilha e termina destacando *O Athleta* como um jornal de ideias democratas, a serviço do progresso brasileiro, em que a luta pela abolição da escravidão representava não só os ideais humanitários, mas também o de colocar o Brasil na modernidade que significava, nesse final de século XIX, a industrialização, conseqüentemente o trabalho livre, e a República. As palavras do editorial do jornal podem ser relacionadas ao abolicionismo civil estudado por Bakos. No ano de 1884, Rio Grande do Sul, Amazonas e Ceará aboliram a escravidão respaldando a construção do mito libertário gaúcho. A autora ressalta que, no caso gaúcho, ao contrário das outras províncias citadas, os escravocratas gaúchos ficaram tranquilos, pois o direito de propriedade foi preservado, ou seja, houve a libertação do escravo, mas manteve-se o trabalho servil por prazos variáveis de um até cinco anos (BAKOS, 2007, p.7).

As três páginas que se seguem ao editorial têm matérias assinadas evocando os dois acontecimentos: festejos da independência e abolição da escravidão. Não há nesse número anúncios de empregos, programação cultural da província e avisos de reuniões como era o caso da Sociedade Abolicionista Sul Rio-Grandense, que publicava periodicamente avisos de suas reuniões. A sociedade tinha sua sede na Corte, mas realizava, por meio de seus representantes em Porto Alegre, reuniões no Parthenon Literário.⁶ Ocupa destaque na segunda página a matéria “Sete de Setembro”, assinada por Apelles Porto Alegre. Apelles escreve a convite dos editores do jornal e, como demonstra o título, enaltece a independência brasileira e a “geração de 1822” pela luta contra a escravização da nação que era representada pelo estatuto jurídico do Brasil como colônia de Portugal. A esse respeito, Apelles discorre:

Foi á luz de tão bello dia que o jovem povo americano, cujo berço natalício se estende do Prata ao Amazonas, consciente de sua força e da grandeza da sua soberania, altivo alçou a frente, e, quebrando as algemas de pezada escravidão, lançou por terra vencido e humilhado o despotismo da metrópole (O ATHLETA, 1884, p.2).

Não poderia faltar nesse número especial um agradecimento em forma de poesia às senhoras da “Kermesse” e as palavras da Sociedade Abolicionista Sul Rio-Grandense. As senhoras publicavam, periodicamente, nas páginas do jornal, avisos de suas festas com local, dia e hora e conclamavam outras senhoras a participarem da organização dos eventos. Nesse número especial, um pequeno poema assinado por Renato da Cunha agradece o empenho das senhoras. Segundo Zubaran, a Kermesse fez parte dos festejos abolicionistas, ocorrendo na praça central nos dias sete e oito de setembro. As esposas dos

membros do Centro Abolicionista, por meio da venda de objetos doados pela elite, tinham por objetivo o levantamento de fundos para emancipação dos cativos (ZUBARAN, 2009, p. 13). A sociedade Abolicionista Sul Rio-Grandense, com sede na Corte, que sempre publicara avisos de suas reuniões nas páginas de *O Athleta*; nesse número especial enviou uma correspondência por meio da qual “concita o povo do Rio Grande a ultimar quanto antes esta nobre idéia, que felizmente vai se tornando na mais agradável realidade” (O ATHLETA, 1884, p.3).

Antes do conto “O ex-abolicionista”, observa-se que o jornal não perdeu seu traço crítico ao aproveitar as datas da independência e da redenção dos escravos em Porto Alegre para criticar o regime político imperial. H. dos Santos escreveu: “A liberdade em um paiz monarchico, é uma utopia!” (O ATHLETA, 1884, p.3). A defesa dos ideais republicanos e a mudança do regime de governo imperial para republicano, associadas à libertação dos escravos, eram as grandes discussões na Província de São Pedro e no resto do país. O crescimento urbano, a entrada de imigrantes, trabalhadores das lavouras cafeeiras do oeste paulista, e o deslocamento de parte do lucro ganho pelos cafeicultores e seu investimento na abertura de indústrias podem ser apontados como fatores importantes nos questionamentos referentes ao modo de produção escravista e à República como forma de governo nesse final de século XIX. Cresce a convicção por parte dos abolicionistas e alguns republicanos de que a industrialização e o trabalho livre fazem parte de um mundo moderno e que representavam o futuro com desenvolvimento e riqueza.

É importante ressaltar, com base no estudo de Bakos, que *O Athleta* é um jornal com características da segunda fase da imprensa gaúcha periodizada por Carlos Reverbel. Reverbel cita os jornais *A Reforma* e *A Federação* como os mais representativos dessa segunda fase, demonstrando a tendência jornalística gaúcha em relação a dois grandes momentos: a abolição e a proclamação da república (REVERBEL apud, BAKOS, 2007, p.11). Segundo Bakos:

O acompanhamento do discurso do abolicionismo na imprensa da época vai mostrando como a posição dos sujeitos sobre a abolição é variável, deslocando-se ao sabor dos interesses: às vezes se anuncia a venda de uma pessoa de sua propriedade; outras denuncia-se a selvageria de um vizinho/ desafeto no trato de seus serviçais. É um cenário de vaidades, criado por imprensa sem censura, na qual os ataques pessoais eram livres e os aspectos vulneráveis das lideranças políticas nacionais, principalmente as provincianas eram expostos sem timidez (BAKOS, 2007, p. 12).

Não só o discurso do abolicionismo é variável, o que pode ser observado por meio da leitura do conto “O ex-abolicionista”, como também está em evidência a regionalidade no processo, como analisado do estudo de Zubaran. As marcas regionais no processo

aboliconista gaúcho podem ser percebidas não só nos discursos do Presidente da província, como também no conjunto de símbolos criados, os quais são citados por Zubaran, tais como: uma bandeira, um hino e um “livro de ouro” com o registro das sessões especiais da Câmara no qual se destaca a data de 07/09/1884, como data oficial da libertação dos escravos em Porto Alegre (ZUBARAN, 2009, p. 2). A autora ressalta, em seu trabalho, o silêncio aboliconista regional quanto à participação dos afrodescendentes no processo, especialmente o silêncio quanto à participação das sociedades negras aboliconistas: a Confraria Nossa Senhora do Rosário, a Sociedade Beneficente Cultural Floresta Aurora e a Sociedade Emancipadora Esperança e Caridade (ZUBARAN, 2009, p.3).⁸

O ex-aboliconista

O conto assinado por Areimor narra a história de Antonio Fagundes, um ferrenho defensor da causa aboliconista até o momento em que seu ex-escravo, que ele libertara, resolve pedir a mão de sua filha em casamento. Antonio Fagundes, além de expulsar aos gritos o pretensioso José – o ex-escravo – tornou-se inimigo da causa aboliconista. A trama parece deslocada, se lida em conjunto com as outras matérias do jornal. Como já foi referido, tratava-se de um número especial enaltecendo os feitos da província gaúcha que esteve sempre à frente das questões importantes e, nesse momento, junto com a província do Ceará, saíra em defesa dos escravos e contra o governo Imperial, ao libertar os escravos da capital e de algumas cidades gaúchas. O conto deve ser inserido em um contexto mais amplo do movimento aboliconista: a libertação dos escravos seria um primeiro passo na direção da modernização do país e a inserção do ex-escravo na sociedade branca.

Hebe Mattos discute as relações entre identidade racial, escravidão e cidadania no Brasil oitocentista, segundo a autora:

Pode parecer estranho, aos olhos de hoje, relacionar termos aparentemente tão antagônicos quanto cidadania e escravidão, mas, de fato, quando pela primeira vez se definiu uma ‘cidadania brasileira’ e os direitos a ela vinculados, quando da emancipação política do país em 1822, o Brasil comportava uma das maiores populações escravas das Américas, juntamente com a maior população livre afro-descendente do continente. Naquela ocasião, quando o Brasil surgia como nação moderna no mundo ocidental a opção por uma monarquia constitucional de base liberal teoricamente considerava todos os homens cidadãos livres e iguais. Apesar disso, a instituição da escravidão permaneceu inalterada, garantida que era pelo direito de propriedade reconhecido na nova constituição (MATTOS, 2000, p.7).

Até o dia 13 de maio de 1888, os africanos trazidos para o Brasil por meio do tráfico eram considerados instrumentos de trabalho, seres desumanizados cuja cor de sua pele,

seus traços físicos, cabelos e pés descalços simbolizavam não só a sua condição de “coisa” – instrumento de trabalho –, como também determinavam seu *lôcus* na sociedade imperial brasileira. Em 1884, ano da publicação do jornal, a campanha abolicionista avançara mediante ações organizadas no seio da sociedade civil, focadas na obtenção da liberdade dos escravos por meio de: compra de alforrias, ajuda a escravos em fuga, formação de sociedades abolicionistas, entre outras. As discussões e os questionamentos sobre o fim do sistema escravista saíram dos espaços políticos, da fala do Trono e dos Presidentes de Província, e foram ganhando as ruas e conquistando espaço nos editoriais e artigos publicados nos jornais, além de servirem de matéria ficcional de romances e poesia. Apesar de a instituição escravista estar “ferida de morte” em relação ao discurso veiculado na imprensa, as discussões evidenciavam uma preocupação com o ex-escravo que, num futuro próximo, se tornaria um cidadão. Entre denúncias, fugas e construções ficcionais do escravo como personagem, constrói-se uma identidade que oscila entre vítima e algoz.

No estudo sobre a personagem escrava, Conforto (2001) definiu quatro momentos discursivos sobre o escravo como personagem ficcional. Foram pesquisados 26 romances escritos entre 1845 e 1895, divididos em quatro períodos: pano de fundo (1844-1857); problema social (1865-1872), vítima (1874-1878), e cidadão? (1881-1888). O autor constatou que o discurso sobre essa personagem se modifica à medida que a sociedade imperial encontra maior abertura para questioná-lo. Há uma estreita relação entre os períodos discursivos definidos e as tensões sociais nos períodos cronológicos estabelecidos.

Em pano de fundo – 1844-1857 –, o uso da mão de obra escrava era um consenso na sociedade brasileira. Lembramos que o tráfico de escravos do continente africano era legal e lucrativo. Nos romances estudados, o escravo era considerado como um pano de fundo para a trama ao lado das descrições de móveis utensílios e paisagens. No segundo período, denominado problema social – 1865-1872 – observamos profundas modificações na sociedade brasileira em relação ao modo de produção escravista. A mais importante foi a lei Euzébio de Queiroz que, em 1850, proibiu o tráfico de escravos África/Brasil, causando a elevação do preço do cativo. Essa elevação do preço acarretou o deslocamento de levas de cativos das regiões açucareiras e para as regiões cafeeiras, onde o valor era mais alto e o lucro obtido com a venda também. O tráfico interprovincial abriu uma fissura na medida em que essas regiões açucareiras passaram a utilizar a mão de obra livre. Essa ideia é importante por ser um dos motivos da província do Ceará ter sido uma das primeiras províncias na abolição da escravidão. Esse segundo período marca, também, a força do movimento emancipacionista que tinha por objetivo reformar a instituição escravista e aboli-la. Apesar de uma maior liberdade para questionamentos, a sociedade Imperial, sobretudo no âmbito político, era formada por senhores escravocratas, motivando o deslocamento para

os ombros dos escravos e da instituição escravista as críticas, definindo-os como problema social (CONFORTO, 2001).

No terceiro e quarto períodos, os discursos sobre a personagem escrava oscilaram entre vítima e cidadão. O terceiro período – 1874-1878 – é marcado pelo escravo como vítima da instituição que o reduzira à condição de instrumento de trabalho e, também, dos seus senhores que lhes impunham uma jornada de 18 a 24 horas de trabalho, castigos violentos e pouca alimentação. É importante ressaltar que, a partir desse período, surge o movimento abolicionista cujo objetivo era abolir em definitivo a instituição escravista. O quarto e último período – 1881-1888 – é marcado pela pergunta “cidadão?”, procurando enfatizar que a questão da cidadania não passava somente pelo fim da instituição escravista, mas era necessário um longo processo não só de (re)humanização do cativo como também de medidas efetivas para integrá-lo socialmente, tais como: alfabetização, trabalho e moradia. Entretanto, essas medidas permaneceram no nível do discurso político/panfletário. No dia 13 de maio de 1888 os cativos brasileiros se tornaram cidadãos e foram esquecidos e entregues à sua própria sorte, como demonstra a historiografia sobre o tema (CONFORTO, 2001).

O conto publicado em *O Athleta* dialoga com o quarto período estabelecido por Conforto (2001). Quem era José, o ex-escravo de Antonio Fagundes? Ele era um escravo urbano que prestava serviços de cocheiro para seu senhor. Ao mesmo tempo que define a profissão de José, o narrador já deixa claro o traço moral do escravo: “O José, um *crioullo quebra, fino e levado da pelle do diabo*, antigo cocheiro de Antonio Fagundes, a quem elle dera a carta de liberdade com um abraço e cincoenta mil réis para suas primeiras necessidades (O ATHLETA, 1884, p.4, grifo nosso). Essa dicotomia senhores/bons e humanos e escravos/perigosos e cruéis era uma estratégia narrativa muito utilizada na ficção do século XIX, que tinha por objetivo construir uma identidade acerca do escravo e o perigo que representava tê-los por perto. Joaquim Manuel de Macedo, em seu livro *As Vítimas-Algozes: Quadros da Escravidão*, narrou três histórias folhetinescas usando o binômio senhores/bons e humanos e escravos/perigosos. Conforto salienta que, tanto o discurso ficcional como o jurídico apontavam a escravidão como um problema social que o poder dos senhores escravocratas não permitia, ainda, uma solução definitiva. Segundo a autora:

Em 1866, Perdigão Malheiro publicou seu ensaio jurídico *a escravidão no Brasil*. Nesse tratado sobre a questão servil, o autor a enfocou sob a luz jurídica. Para ele, o cativo era o ‘inimigo público’, e sua rebeldia era ‘o vulcão que ameaçava constantemente a sociedade’. O texto historiográfico ratifica as opiniões da elite escravocrata que não admitia a idéia de qualquer reforma na instituição escravista. Na narrativa ficcional de Macedo, a visão é mais realista, a instituição escravista teria que sofrer algum tipo de reforma.

Macedo acredita que não se extirparia o cancro sem dor. Utilizando essa metáfora, o autor comparou a sociedade a um organismo que possui um cancro infeccionando-o e enfraquecendo-o. A escravidão era esse cancro que, por toda a parte, trazia a má influência, os vícios e os crimes. Apesar de reconhecer que a escravidão fora um instrumento da riqueza agrícola do país, ele a condenava. Metaforicamente, o autor fez uma releitura dos discursos sociais. Utilizando as metáforas como recurso, a tese defendida pelo narrador através das histórias ganha 'força' e uma dimensão um tanto catastrófica de uma epidemia de vinganças e mortes que podiam ocorrer no seio da elite escravocrata (CONFORTO, 2001, p.66-67).

É importante ressaltar que, enquanto a instituição escravista existiu, as relações entre senhores e escravos eram pautadas por uma tensão crescente. Para mantê-los sob o mando de seus senhores, algumas formas de tratamento dos cativos foram de grande utilidade, tais como: o uso do castigo, o confinamento a ferro nas senzalas, e a construção de uma identidade do escravo como um ser perigoso, indolente e violento, via ficção que justificava o contínuo uso da força.

Outro dado importante para a análise é o fato de José ser um escravo urbano. Segundo Róger da Costa Silva:

A cidade desempenharia um papel de relevo no estabelecimento de estratégias de resistência por parte dos cativos, o propiciar vivências novas, que possibilitariam criarem-se brechas no sistema de normatização e burlar-se a vigilância dos senhores. Longe dos domínios senhoriais, ao circularem pelas ruas da cidade, as possibilidades de os escravos forjarem ações de resistência, no interior do núcleo citadino, multiplicavam-se (SILVA, 2001, p.51).

A cidade foi importante no processo de resistência dos escravos, pois as associações, irmandades e o aparecimento de jornais editados pela intelectualidade negra são importantes exemplos de como as estratégias de resistência oportunizam a participação dos cativos como sujeitos de sua história. Voltando ao personagem José, nosso escravo forro, observamos que ele multiplicou o dinheiro ganho de seu senhor e vestido "elegantemente, no rigor da moda, de sobre-casaca, calça inglesa, cartolla e luvas de pellica" (O ATHLETA, 1884, p.4) apresentou-se à porta da casa de seu Fagundes. Antonio Fagundes achou José exótico naqueles trajes, como se o mundo dos brancos lhe caísse muito mal.

No espaço urbano as informações circulavam mais rapidamente que no meio rural. Isso era muito bem aproveitado pelos escravos, pois ao circularem pelas ruas escutavam e, principalmente, aprendiam sobre a sua condição e como subverter a ordem social a seu favor. E isso pode ser inferido no diálogo entre José e Fagundes:

- O sr me deu carta de liberdade, dizendo-me que estava livre, que era um cidadão, que fizesse pela vida e que fosse honrado.
- É verdade... e foste feliz porque a sorte ajudou-te, agora é ter juízo.
- Ora, pois, sou um homem livre e o sr. Me disse que a cor nada Valle, que o branco e o negro d'ora avante passavam a conhecer-se pelas acções.
- E ainda sustento o que disse.
- Pois bem, depois de pensar muito nas suas palavras, resolvi fazer-lhe um pedido. Eu gosto de uma rapariga desde pequena e desejo-me casar...
- Bravo, bravo, já advinho, queres que eu seja o padrinho...?
- Nada, não senhor, quero que seja... meu sogro!... (O ATHLETA, 1884, p.4)

Fagundes toma a atitude do ex-escravo como uma grande ofensa, demonstrando que uma questão era a luta abolicionista outra era um negro ex-escravo querer se comportar como um branco a ponto de pedir a mão de sua única e prendada filha em casamento. O que se encontra escondido sob a aparência é o que Renato Ortiz discute em seu livro *Cultura brasileira e identidade nacional* (1985), com os ventos da modernidade econômica desembarcaram no Brasil as ideias científicas, preconizando um futuro sombrio para a jovem nação que completava 62 anos de independência. O problema estava assim equacionado: uma vez libertos os escravos continuariam a obstruir o desenvolvimento brasileiro e o motivo era étnico-racial, além do clima tropical que prejudicaria enormemente nossas aspirações à modernidade.

Ortiz sintetiza o pensamento da *intelligentsia* brasileira e como ela tentava equacionar os conceitos meio/raça e as possibilidades de desenvolvimento econômico brasileiro:

Na realidade, meio e raça se constituíam em categorias do conhecimento que definiam o quadro interpretativo da realidade brasileira. A compreensão da natureza, dos acidentes geográficos esclarecia assim os princípios fenômenos econômicos e políticos do país. Chegava-se, desta forma, a considerar o meio como principal fator que teria influenciado a legislação industrial e o sistema de impostos, ou ainda que tivesse sido elemento determinante na criação de uma economia escravagista. Combinada aos efeitos da raça, a interpretação se completa. A neurastenia do mulato do litoral se contrapõe, assim, à rigidez do mestiço do interior (Euclides da Cunha); a apatia do mameluco amazonense revela os traços de um clima tropical que o tornaria incapaz de atos previdentes racionais (Nina Rodrigues). A história brasileira é desta forma, apreendida em termos deterministas, clima e raça explicando a natureza indolente do brasileiro, as manifestações túbias e inseguras da elite intelectual, o lirismo quente dos poetas da terra, o nervosismo e a sexualidade desenfreada do mulato (ORTIZ, 1985, p.16)

Os discursos ficcionais assim como o discurso jornalístico apresentam de forma didática as ideias dos intelectuais brasileiros, elaborando histórias, em princípio, ingênuas e engraçadas, mas que são responsáveis pela construção da identidade do ex-escravo e

futuro cidadão e do seu novo *lócus* na sociedade republicana. Um exemplo é a finalização da história de José e de Antonio Fagundes: “E foi por esta simples razão que o sr Antonio Fagundes – entusiasta abolicionista – de um dia para o outro virou casaca e tornou-se inimigo fidagal da sublime idéia da redempção dos captivos” (O ATHLETA, 1884, p.4). A razão está longe de ser “simples”, uma vez que a narrativa “O ex-abolicionista”, assim como os romances que trazem o escravo como personagem, antecipam-se ao discurso político sobre escravidão, cidadania e República denunciando, no caso da escravidão, que além de ser deixado à própria sorte o liberto terá que trilhar um longo e penoso caminho ao encontro da cidadania plena.

O estudo do processo abolicionista por meio da imprensa, das crônicas e da ficção permite identificar as particularidades regionais que são evidenciadas nas lutas em cada província. Como é o caso já referido do Rio Grande do Sul, que aboliu a escravidão, mas manteve o direito à propriedade. Finalmente, o conto “O ex-abolicionista” constitui um importante documento, assim como outras fontes, para a reconstituição do passado escravista brasileiro.

O ex-abolicinista ⁹

O Antonio Fagundes entrou pela porta a dentro da botica, seu ponto pretilecto de palestra.

Vinha com a physionomia transtornada, com as faces rubras de cólera e a torcer de quando em quando os dedos como uma pessoa que está agitada e que não póde disfarçar.

Os outros logo perceberam que elle não estava no seu estado normal e acercaram-se anciosos, solícitos, attenciosos, para dar-lhe um conselho e consolarem-n’o se a cousa fosse para isso.

- O que é que tinha? – O que acontecera? – Porque estava assim? Perguntaram-lhe ávidos pela novidade que o tinha transformado. E elle:

- Que não tinha nada, que eram cousas que o deixassem em paz, que não o amolassem, que amolado bastante já estava.

E dava grandes passadas do fundo da casa para frente, de chapéo na mão, suor na testa e a mastigar nervosamente a ponta do charuto nos dentes.

Os companheiros os amigos, olhavam uns para os outros interrogando-se mutuamente, o que seria que o tinha posto d’aquella maneira?

O Antonio Fagundes, não era assim, nunca fora assim.

Era um homem pacato, pachorrento, pilhérico, que pagava para não se encommodar, que fechava os olhos a muita cousa para não sair fóra do seu commum; era de um humor adorável, sempre andava risonho, sempre estava disposto para caçoar e rir.

Entrava agora nos seus cincoenta e quatro annos, mas era forte, robusto, tinha saúde para dar e vender, era de uma construcção rija, de uma tempera de ferro, como elle dizia.

Vivia com todas as commodidades da vida, nadando na abundancia; era casado com uma excellente senhora e pai de uma filha muito prendada, muito bonita a quem elle queria com idolatria.

Era, além de tudo, um homem de conhecimentos, intelligente; antes de ser negociante e capitalista, cursara uma academia e fora collaborador de diversos jornaes litterarios, no seu tempo de rapaz.

A sua conversação deleitava, agradava e instrua.

Era sensato nas apreciações e acompanhava com entusiasmo a marcha do progresso.

Era muito querido muito desejado em toda parte e principalmente n'aquella roda de íntimos, aonde elle já pelo costume ia palestrar todas as noites.

Chegava elle exactamente à porta, na occasião em que passava a sociedade *Rio Branco* na sua *marche aux flambeaux*, com musica, foguetes e enthusiamo para ir cumprimentar diversos abolicionistas.

Elle recuou para dentro, com o sangue na cabeça, enraivando-se novamente de cólera que lhe ia passando e soltou uma palavra indecente acompanhada de um gesto adquado.

E virando-se para os outros com a falla alterada:

- Vocês hão de ver como isso vai dor de cabeça a muita gente, querem o negro livre, querem elle tão bom, como tão bom, hão de arrepender-se, hão de arrepender-se, batia com o punho fechado sobre o balcão e escarrava furioso.

E depois como fallando comsigo;

- Canalha, patife, cachorro, que não conhece o seu lugar.

E enterrndo o chapéo na cabeça até ás orelhas sahio pela porta fora.

Houve um murmúrio, um pasmo enorme...

Seria elle, pensavam todos, seria o Antonio Fagundes quem proferira semelhantes palavras?!

Na véspera ainda desse dia, elle fizera parte de uma commissão encareegada de agenciar cartas de liberdades, elle que tinha forrado dez escravos, sem obrigação, sem ônus, e sem querer localizar nenhum, elle que botava os bofes pela bocca fora em favor da redempção, elle que dizia-se e conhecia-se que era abolicionista de coração, fallar d'aquella fórma, era incrível, parecia mentira, era inacreditável.

Todos tinham ouvido e ninguém queria convencer-se que aquellas palavras sahisses da sua bocca.

E com a pulga atraz da orelha, banhados n'um mar de curiosidade juraram fazer o homem desabafar, para saberem a causa d'essa mudança tão repentina.

Foi o caso:

O José, um crioulo quebra fino e levado da pelle do diabo, antigo cocheiro de Antonio Fagundes, a quem elle dera a carta de liberdade com um abraço e conçoenta mil réis para suas primeiras necessidades, apresentou-se n'essa noite emm casa do seu antigo senhor, vestido elegantemente, no rigor da moda, de sobre-casaca, calça ingleza, cartolla e luvas de pellica.

O Fagundes não póde suster o riso ao ver a figura exótica do seu escravo.

Elle, o José, muito serio, revestido de toda a gravidade, e expóz-lhe em poucas palavras que tinha tirado a sorte grande e que estava por conseguinte senhor de uma fortuna menos má.

O Antonio Fagundes com a sua habitual pachorra e a sorrir com seu ar bondoso:

- Está bom, felicito-te, felicito-te...

O José continuou:

- O sr me deu carta de liberdade, dizendo-me que estava livre, que era um cidadão, que fizesse pela vida e que fosse honrado.

- É verdade... e foste feliz porque a sorte ajudou-te, agora é ter juízo.

- Ora pois, sou um homem livre e o sr. Me disse que a cor nada Valle, que o branco e o negro d'ora avante passavam a conhecer-se pelas acções.

- E ainda sustento o que disse.

- Pois bem, depois de pensar muito nas suas palavras, resolvi fazer-lhe um pedido. Eu gosto de uma rapariga desde pequena e desejo-me casar...

- Bravo, bravo, já advinho, queres que eu seja o padrinho...?

- Nada, não senhor, quero que seja...meu sogro!...

O sr, Antonio Fagundes, cahio das nuvens e no cumulo da indignação correu a buscar a sua bengalla para desancar o audacioso pretendente, mas o José não esperou resposta e sem lembrar-se que estava de sobre casaca, calça a ingleza, carttola e livas de pelica, de um pulo saltou a janela e foi cahir na rua.

E foi por esta simples razão que o sr Antonio Fagundes – entusiasta abolicionista – de um dia para o outro virou casaca e tornou-se inimigo fidalgal da sublime idéia da redempção dos captivos.

Areimor

Recebido em 27/02/2012

Aprovado em 11/05/2012

NOTAS

¹ Professora Doutora – Licenciatura em História e do Programa de Pós-graduação Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade e Programa de Pós-graduação Doutorado em Letras. Associação ampla entre a Universidade de Caxias do Sul(ucs) e o Centro Universitário Ritter dos Reis (UNIRITTER)

² Sobre a política e a abolição conferir: FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. Os republicanos e a abolição. Revista Sociologia e Política. Universidade Federal do Paraná Curitiba, 27, p.181-195, nov. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0104-4478&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 30/03/2012.

³ Sobre a questão do trabalho conferir: MESTRI, Mário José, O escravismo no Brasil. São Paulo: Atual, 1994. XAVIER, Regina Célia Lima (Org.) História da escravidão e da liberdade no Brasil Meridional: guia bibliográfico. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2007.

⁴ Para estudo das Charqueadas no Rio Grande do Sul e em especial em Pelotas, consultar o estudo de MAESTRI, Mário José. O escravo no Rio Grande do Sul. A charqueada e a gênese do Escravismo Gaúcho. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1984.

⁵ Conferir o estudo de Jacob Gorender em *O escravismo colonial*, especialmente os capítulos: “Categorias fundamentais” e “Leis específicas do modo de produção escravista colonial”.

⁶ A sociedade Partenon literário foi fundada em 18 de junho de 1868, entre as lutas dessa sociedade literária estão a abolição da escravidão e a república. Apelles Porto Alegre foi um de seus fundadores. Sobre o assunto conferir o capítulo: IX – O grupo do “Partenon Literário” in: CESAR, Guilhermino. História da Literatura do Rio Grande do Sul. 2.ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1971. (Coleção Província 10)

⁷ Margaret Bakos estabelece um roteiro a respeito das discussões político-partidárias provinciais sobre o abolicionismo na imprensa gaúcha. C.f. Cap. 5. “O processo da abolição e a imprensa” p. 105 in: BAKOS, Magaret Marchiori. RS: escravismo & abolição. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982. (Documenta, 13)

⁸ Sobre a participação de escravos no processo abolicionista conferir: “Joana mina, Marcelo Angola e Laura Crioula: os parentes contra o cativiero”. In: SILVA, Gilberto Ferreira da, SANTOS, José Antônio dos, CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha. RS negro: cartografias sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

⁹ Na transcrição do conto mantivemos a grafia original.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa*. Brasil: 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad, 2010.

BAKOS, Margaret M. Abolicionismo no Rio Grande do Sul. *Caderno de História*, n. 29, 2007. Memorial do Rio Grande do Sul. Disponível em: <www.memorial.rs.gov.br> Acesso em 30/03/2012.

BAKOS, Margaret M. *RS: escravidão & Abolição*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

CONFORTO, Marília. *Faces da personagem escrava*. Caxias do Sul, EDUCS, 2001.

CESAR, Guilhermino. *História da literatura do Rio Grande do Sul*. 2ed. Porto Alegre: Globo, 1971.

FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. Os republicanos e a abolição. *Revista Sociologia e Política*. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, n.27, p.181-195, nov. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0104-4478&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 30/03/2012.

GORENDER, Jacob. *O escravidão colonial*. São Paulo: Ática, 1978.

MATTOS, Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

MAESTRI, Mário José. *O escravidão no Brasil*. São Paulo: Atual, 1994.

MAESTRI, Mário José. *O escravo no Rio Grande do Sul*. A Charqueada e a gênese do escravidão gaúcho. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1984.

MAESTRI, Mário José. Escravidão Gaúcha: novos estudos. Um depoimento pessoal (1992). In: MAESTRI, Mário. *Deus é grande, o mato é maior! História, trabalho e resistência dos trabalhadores escravizados no RS*. Passo Fundo: UPF, 2002. p. 205-216.

MELLO, Marco Antônio Lírio de. Para o recreio e a defesa da raça, a imprensa negra no RS. In: SEFFNER, Fernando (Org.). *Presença negra no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UE/Porto Alegre, 1995. p. 90-97.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Joana Mina, Marcelo angola e Laura Crioula: os parentes contra o cativiero. In: SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antônio dos; CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha. *RS negro: cartografias sobre a produção do conhecimento*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. p. 46-62.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SANTOS, José Antônio dos. Intelectuais negros e imprensa no Rio Grande do Sul: uma contribuição ao pensamento social brasileiro. In: SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antônio dos; CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha. *RS negro: cartografias sobre a produção do conhecimento*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. p. 83-99.

SILVA, Roger Costa da. *Muzungas: consumo e manuseio de químicas por escravos libertos no Rio Grande do Sul (1828-1888)*. Pelotas: EDUCAT, 2001.

PIRES, Raquel Laís Vitoriano de Lima. Escravidão sem escravidão. *Terra roxa e outras terras*, Londrina-PR, V.17-B, p.135-144, dez. 2009. Disponível em: <<http://www.uel.br/pos/letras/terraroxa>>. Acesso em 30/12/2012.

XAVIER, Regina Célia Lima. A escravidão no Brasil Meridional e os desafios historiográficos. In: SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antônio dos; CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha. *RS negro: cartografias sobre a produção do conhecimento*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. p. 15-31.

ZUBARAN, Maria Angélica. A invenção branca da liberdade negra: memória social da abolição em Porto Alegre. *Fênix*, Uberlândia, Vol.6, Ano: VI, n.3, p.1-16, Jul./ago./Set.2009. Disponível em: <www.revistafenix.pro.br>. Acesso em: 30/12/2012.

O ATHLETA. Porto Alegre: Orgam do Club Caixeral Porto-alegrense, anno II, n.19, 7 de setembro de 1884.